
Retirado das Obras Escolhidas de Álvaro Cunhal, "Edições Avante!", outubro de 2008, tomo II, 1947-1964
Colocado em linha em: 2012/06/24

O desvio de direita nos anos 1956-1959 (Elementos de estudo)

Álvaro Cunhal

*[Este trabalho publica-se por partes, semanalmente. As notas constam da edição supra
(mantemos a sua numeração) e são de Francisco Melo. Infra: 7 e 8]*

[...]

7. Solução pacífica ou levantamento nacional?

Se se fala na eventualidade duma solução pacífica, interessa definir em que pode consistir tal solução. Dizer que uma solução pacífica é aquela que se dá «sem guerra civil» é conceito demasiado amplo. Uma insurreição armada não pressupõe necessariamente uma guerra civil, nem na maioria dos casos é acompanhada por esta. Dizer que uma solução pacífica é aquela que se dá «sem efusão de sangue» é também um conceito demasiado impreciso. Uma vitória eleitoral que resolva o problema político dum país, por exemplo, é uma via pacífica e, entretanto, pode verificar-se «com efusão de sangue».

Em que consiste então a solução pacífica? Parece poder definir-se uma solução pacífica como *aquela que se dá sem um choque armado violento*.

Se uma solução pacífica do problema político português pode ser o resultado da luta popular, que condições seriam necessárias para que se pudesse verificar? Como afirmar que o movimento popular possa derrubar um governo fascista (um governo que possui um poderoso aparelho do Estado) sem se produzir um choque armado violento?

Para que uma solução pacífica pudesse ter lugar em resultado do movimento popular, seriam necessárias fundamentalmente *duas condições*: *Primeira*, o desenvolvimento do movimento democrático a pontos de aparecer como irresistível aos olhos de governantes e governados; *Segunda*, o enfraquecimento do Estado fascista a pontos de o seu aparelho repressivo se revelar inoperante. Qualquer destas duas condições, por si só, não bastaria. Se o movimento democrático se torna irresistível, mas o aparelho do Estado continua operante, ser-se-á conduzido a um choque armado violento. Se o aparelho do Estado se torna inoperante, mas o movimento democrático está em atraso, se as forças democráticas não conduzem uma acção decisiva e

audaciosa, a ditadura fascista pode recompor-se das suas dificuldades. As duas condições são necessárias em conjugação uma com a outra. Por outras palavras: uma solução pacífica resultante do movimento popular pressupõe uma grave crise política com um súbito desequilíbrio das forças em presença.

Se, no decurso duma crise e no decurso de grandes lutas de massas, é possível admitir e prever esse súbito desequilíbrio, já não é possível prevê-lo à distância. Esse súbito desequilíbrio, a conjugação *num momento* das duas condições depende, numa ditadura fascista, de tantos e tantos factores que se não pode afirmar à distância: a luta de massas conduzirá a uma solução pacífica.

Têm-se apresentado diversas possibilidades de pôr termo à ditadura fascista por via pacífica.

A primeira seria o triunfo da Oposição pelo jogo das instituições constitucionais.

Que possibilidades oferece a Constituição fascista duma alteração legal do regime? Duas até há pouco: a eleição do Presidente da República, por caber a este designar o Presidente do Conselho, e a eleição da Assembleia Nacional, por poder esta ter poderes constituintes. Depois das grandes lutas populares quando das «eleições» presidenciais de 1958, Salazar, prudentemente, eliminou o sufrágio directo do Presidente da República, eliminando assim também essa possibilidade legal e constitucional duma alteração da situação política. Ficou a possibilidade da eleição para a Assembleia Nacional. Entretanto, esta «possibilidade», que a Constituição estabelece, está longe de ser uma possibilidade real e efectiva, uma vez que o governo fascista se caracteriza precisamente por não respeitar a sua própria Constituição e as suas próprias leis, precisamente porque o governo fascista não respeita a manifestação da vontade nacional, não permite a actuação das forças da Oposição e não realiza quaisquer eleições dignas desse nome, mas apenas burlas «eleitorais» (baseadas em recenseamentos falsificados, na proibição da fiscalização, na falsificação das votações), impostas pela acção violenta e terrorista das forças repressivas. A Assembleia Nacional nem de longe nem de perto se pode comparar com qualquer Parlamento dum país de democracia burguesa. A Assembleia Nacional é uma assembleia fascista designada através duma mascarada de eleições, sem poderes efectivos de governação, dócil instrumento do poder executivo ou, mais concretamente, de Salazar.

Admitir que a via pacífica para o derrubamento da ditadura poderia adquirir a forma duma simples vitória eleitoral sem que a força do movimento popular impusesse, primeiro um mínimo de seriedade, depois o respeito pelo resultado, seria fechar completamente os olhos à realidade, seria ignorar a natureza do Estado fascista e da política do seu governo, seria criar ilusões legalistas e constitucionais, seria iludir-se e iludir o povo português.

Outra forma de solução pacífica que se tem apresentado seria a substituição do governo com alterações profundas e sucessivas da sua política sob pressão popular.

Ideias duma liberalização do regime têm sido defendidas, tanto como objectivos parciais de luta (pelo Partido Comunista), como forma de transformação do regime (por certos liberais e católicos). Não está descartado que reformas liberalizadoras

possam vir a ser realizadas pelo próprio governo pelas imposições da situação nacional e internacional e, particularmente, pela pressão do movimento democrático. Mas nem um tal processo se pode ter como provável nem se pode afirmar que a conquista de reivindicações políticas parciais se possa suceder até uma real transformação do regime. Pode admitir-se que a amplitude do movimento popular, acompanhada pelas dificuldades no campo salazarista, conduza a uma situação em que as próprias esferas dirigentes procurem uma saída em reformas «liberalizadoras». Essa saída «deles» não pode porém colocar-se de forma alguma como a saída nossa, como a saída das forças democráticas, como o objectivo político destas.

Uma terceira forma de solução pacífica seria um pronunciamento de comandos ou da oficialidade.

A política militar do governo fascista, a persistente, metódica e violenta depuração e reorganização dos comandos, a entrega dos altos cargos e de praticamente todos os lugares de confiança a fascistas de velha data, homens educados na Legião, no exército de Franco, nas academias militares de Hitler e Mussolini, limitam as possibilidades dum pronunciamento de comandos ou da oficialidade. Embora não seja de excluir que, em determinadas circunstâncias, comandos hoje afectos ao regime se decidam a uma acção para substituir o governo, essa não pode também considerar-se a nossa solução, o objectivo político das forças democráticas.

A existência ou não existência de condições para uma solução pacífica podem variar num curto espaço de tempo. Nas presentes condições duma ditadura fascista, não se pode colocar a via pacífica para o seu derrubamento como a saída mais provável e mais viável. O súbito desequilíbrio atrás referido pode surgir em determinada conjuntura, sendo então justo apresentar-se a viabilidade da solução pacífica. Logo porém que a conjuntura se modifica, não se pode insistir em afirmar essa viabilidade. Na revolução russa, Lénine colocou a possibilidade da via pacífica em Abril, ela foi considerada inviável em Julho, voltou a ser referida em princípios de Outubro, para em Novembro se desencadear a insurreição armada. A possibilidade ou não possibilidade duma solução pacífica não se pode considerar imutável ao longo dos anos. *Sob a dominação feroz duma ditadura fascista, a via pacífica para a democracia só em momentos muito especiais pode ser viável. Nas condições normais duma ditadura fascista essa via não é uma possibilidade real que se ofereça.*

Na luta do povo português nos últimos anos, *um momento houve em que tal possibilidade existiu de facto: em Maio-Junho de 1958.* As «eleições» presidenciais, com o súbito e grandioso ascenso do movimento popular e com as vacilações, hesitações e defecções que, ante esse ascenso, se verificaram no campo inimigo, tornaram momentaneamente possível uma solução pacífica. Mas a intensificação repressiva do governo nas duas últimas semanas da campanha «eleitoral», a burla «eleitoral» e, posteriormente a eliminação constitucional das «eleições» para a Presidência da República, afastaram essa possibilidade por um prazo mais ou menos curto, imprevisível de qualquer forma. Se, durante a campanha, foi justo admitir-se e insistir-se na luta por uma solução pacífica (neste caso a eleição dum Presidente da República da Oposição, imposta e defendida por uma poderosa acção de massas), a

partir da penúltima semana da campanha, com as violências e acções arbitrárias do governo e os preparativos repressivos e militares, e sobretudo a partir da burla «eleitoral», colocar a via pacífica como aquela que se oferecia ao movimento democrático para derrubar o governo foi uma orientação que não teve em conta as realidades. O mesmo se pode dizer quando, muito antes da campanha «eleitoral» e sem relação com ela, se colocava a solução pacífica como a mais viável.

Nada permite afirmar que o governo fascista aceitará, sem resistência armada, uma transição pacífica para a democracia e desistirá de utilizar contra o povo as forças armadas que, ao longo dos anos, tem preparado ideológica e tecnicamente para dominar pela força o movimento democrático. O contrário pode ser afirmado. Toda a política fascista mostra que *Salazar e a sua camarilha estão decididos a não entregar pacificamente o poder, estão dispostos a fechar os caminhos pacíficos para a democracia, estão decididos a opor-se pela violência mais brutal à manifestação livre da vontade da nação, a empregar as armas, a sufocar pelo terror o movimento democrático nacional, a afogá-lo em sangue no dia em que ele ponha em risco a sua existência*. Sendo isto assim, é isto mesmo que deve dizer o Partido à classe operária e às massas populares. O dever do Partido é desvendar claramente ante as massas a determinação do fascismo de se aguentar pela força no poder, de utilizar as armas para impedir o triunfo do movimento democrático, para impedir em Portugal a instauração da liberdade política.

É necessário educar metodicamente as massas na ideia de que, embora desejando uma solução pacífica e lutando por ela e embora atribuindo ao governo fascista a responsabilidade de eventuais choques violentos, o povo português e as forças democráticas se devem preparar para derrubar o governo fascista, *através do levantamento em massa da nação*. Essa orientação não afasta a possibilidade duma solução pacífica, antes pode fazer desta uma real possibilidade. A solução pacífica do problema político português será tanto mais uma possibilidade quanto menos ilusões se criem acerca da sua facilidade e viabilidade, quanto mais atentos estivermos à evolução política, quanto mais realistas formos na análise das dificuldades objectivas e subjectivas que defrontamos, quanto mais esforço for feito para vencer essas dificuldades, quanto mais audaciosamente encaminharmos as massas para as grandes lutas contra a ditadura fascista e quanto mais ganharmos as forças democráticas e as massas populares para a ideia de que, para derrubar o governo fascista, será necessário *o levantamento de toda a nação portuguesa*, que, é de desejar, imponha sem necessidade do recurso à violência a instauração das liberdades democráticas, mas que assumirá o carácter dum violento choque armado, caso o governo se lhe oponha pela violência. *Quanto mais o movimento popular ameaça, pelo seu poder, derrubar (com a força se tal se impuser) a ditadura fascista, mais possibilidades há de surgirem condições para uma solução pacífica*. Nas condições presentes da ditadura fascista portuguesa não há melhor caminho para evitar um choque armado violento do que educar as massas na ideia de que o derrubamento do fascismo depende da amplitude e força do movimento popular, que este pode conduzir a um choque violento e que há que estar preparado para tal eventualidade.

O Partido deve insistir em que é seu desejo uma solução pacífica do problema político português e em que tal solução é possível em determinadas condições. Deve acompanhar atentamente a evolução da situação política e não desprezar quaisquer

possibilidades de resolver o problema político sem um choque armado violento. Mas não pode dizer: «a via pacífica é aquela que se apresenta. A ditadura fascista será derrubada sem um choque armado violento». Pode dizer-se que, nestes anos, o Partido referiu, de quando em quando, que a luta por uma solução pacífica não significava que não se pudesse vir a colocar a necessidade duma solução violenta. Mas a questão foi colocada ao invés do que seria correcto colocar-se. *Afirmou-se que a via era a solução pacífica, embora a insurreição popular não pudesse ser excluída* (artigo do camarada João em *O Militante* de Outubro de 1958). *Deve afirmar-se o inverso: que a via é o levantamento nacional, embora não seja de excluir a solução pacífica.* Devem alertar-se as massas contra as ilusões legalistas e constitucionais, contra a ideia de que o fascismo cairá de podre, contra a ideia de que o governo cederá sem resistência armada e violenta a um movimento popular que ameace a sua existência. Devem ganhar-se as massas populares para a ideia de que é a elas que cabe *derrubar* o fascismo e conquistar a liberdade política, que se devem preparar para duras batalhas e que a acção armada pode vir a impor-se. *Em vez de insistir na possibilidade e proximidade da solução pacífica por «desagregação irreversível» do regime, o Partido deve apresentar ao povo português e às forças democráticas, como caminho para o derrubamento do fascismo, o levantamento nacional. E um levantamento nacional vitorioso terá de adquirir a forma de poderosas manifestações de massas, incluindo eventualmente uma greve geral política, terá de contar com o apoio duma parte das forças armadas ou pelo menos da neutralidade de importantes sectores dessas forças e deverá ter como objectivo derrubar a ditadura pela força caso ela resista pela força.*

Para um levantamento nacional vitorioso, o problema das forças armadas adquire particular importância. É perigosa fantasia pensar que um movimento popular, por muito vasto e poderoso que seja, pode provocar o derrubamento da ditadura fascista se as forças armadas mantêm a sua coesão, unidade e combatividade ao serviço do governo fascista.

«O militarismo — ensinou Lénine — não pode, em circunstância alguma, ser vencido e destruído, senão pela luta vitoriosa duma parte do exército nacional contra a outra parte.» (*Conferência sobre a Revolução de 1905*²⁴¹.)

A ditadura fascista, essencialmente militarista, não pode ser derrubada se uma importante parte das forças armadas não a abandona, se uma importante parte dessas forças se não passa para a Oposição e se uma outra importante parte não acusa vacilações que impeçam a sua utilização pelo governo fascista.

O descontentamento nas forças armadas, o esclarecimento político de sectores importantes dessas forças, a organização democrática e partidária de oficiais, sargentos e soldados, a determinação duma parte para apoiar a participação no movimento nacional contra a ditadura fascista e a resistência de outra parte a servir para jugular tal movimento, são condições para um levantamento nacional vitorioso.

Quem pense dirigir um movimento vitorioso contra a ditadura fascista não pode limitar-se em confiar, em abstracto, nas futuras oscilações ou defecções nas forças

²⁴¹ Cf. V.I.Lénine, Oeuvres, ed. cit., t. 23, 1959, p. 269. — 572.

armadas do inimigo. Tem que desenvolver um trabalho sistemático, perseverante e audacioso de organização e agitação para a conquista de fortes posições nas forças armadas. Não se pode contar com que uma parte do exército, da marinha e demais forças se decidam espontaneamente a acompanhar o movimento popular. Conduzir um movimento popular a acções decisivas contra a ditadura contando com essa espontaneidade seria entregar os combatentes populares à fúria repressiva do inimigo. A actividade de organização e agitação nas forças armadas é uma tarefa de primacial importância para a condução dum movimento popular vitorioso contra a ditadura fascista.

Essa actividade de nenhuma forma deve ser guiada pela ideia de que caberá às forças armadas dar *um golpe* para derrubar a ditadura. Deve sim ser guiada pela ideia de que um levantamento popular suficientemente poderoso para derrubar a ditadura fascista tem de contar com a participação duma importante parte das forças armadas. Com esse trabalho não é um golpe militar que se tem em vista, mas assegurar a vitória ao movimento popular, criar condições para um levantamento nacional vitorioso.

8. Influências na política de unidade

O governo fascista de Salazar é o defensor e representante do capital monopolista (associado ao capital estrangeiro) e dos grandes latifundiários. Todas as demais classes sofrem a exploração do grande capital, dos grandes agrários e dos imperialistas estrangeiros. Todas elas estão interessadas no derrubamento da ditadura fascista e todas se devem unir com esse objectivo. A unidade dessas classes é a base social da frente anti-salazarista. Esta assenta entretanto na unidade da classe operária e nas alianças revolucionárias da classe operária com o campesinato e com os povos coloniais.

Quais as forças políticas que cabem na frente anti-salazarista? Cabem todos os partidos, agrupamentos e individualidades que representam os interesses das classes que se opõem ao poder dos monopólios. A unidade das forças políticas democráticas é a melhor garantia e o elemento motor mais poderoso da unidade anti-salazarista.

As concepções da solução pacífica assente na «desagregação irreversível» do regime fascista levaram a considerar o problema de forma diversa. Tornaram preocupação principal do nosso Partido durante alguns anos *não o estabelecimento e fortalecimento da unidade democrática e, na sua base, da unidade de todos os anti-salazaristas, mas desligar do governo elementos conservadores e fascistas descontentes, a fim de provocar a desagregação completa do regime.*

Desta forma, a concepção da solução pacífica resultante da «desagregação irreversível» do salazarismo teve importantes incidências na maneira de considerar os problemas de unidade contra a ditadura fascista. Abandonada a ideia de que cabe às forças democráticas derrubar o governo fascista e colocar no poder um governo democrático, para se acreditar que a ditadura fascista estava prestes a «cair» em virtude da sua completa desagregação, deu-se durante muito tempo mais importância à posição dos fascistas descontentes e de elementos mais conservadores do que à actuação dos democratas mais consequentes, que é entretanto a decisiva. Estimular

uma eventual acção contra Salazar de descontentes que até ao presente têm apoiado o regime passou a ser tido como mais importante do que alcançar, com vistas ao derrubamento da ditadura, a unidade das forças democráticas, assente na aliança do proletariado com o campesinato.

Considerou-se que os grandes movimentos de unidade das forças democráticas desenvolvidos em 1943-49 — o MUNAF, o MUD e a candidatura Norton de Matos «não foram ainda suficientemente abertos», «não assentaram [...] numa larga base anti-salazarista» (?), «tiveram um carácter exclusivamente democrático» (folheto de Outubro) e que havia que criar portanto *um movimento de unidade anti-salazarista «numa base ainda mais larga»* (Informe político ao V Congresso), com a participação de elementos não democráticos, ou seja, daqueles que se destacam do salazarismo.

A ideia do alargamento da unidade é justa. A evolução da situação política criou condições, nos últimos anos, para atrair à luta pela instauração em Portugal da liberdade política sectores que anteriormente mantinham uma atitude de reserva ou suspeição em relação ao movimento democrático. Em especial, o desenvolvimento da corrente de opinião liberal entre os católicos tornou necessário um novo esforço para alargar o movimento unitário contra a ditadura fascista. O *mal*, e produto directo das concepções da «desagregação irreversível», *foi pensar-se que o estímulo à acção dos elementos conservadores poderia substituir ou sobrepor-se à unidade das forças democráticas, era mais importante e decisivo que a unidade das forças democráticas, que entretanto não existia*. Considerou-se a grande e poderosa unidade democrática dos anos 1943-49 como «estreita» e afirmou-se pretender-se uma unidade «mais larga», mas na actuação prática, *defendendo-se uma unidade mais larga, realizou-se uma unidade mais estreita*.

Esta posição não favoreceu o desenvolvimento da acção anti-salazarista. Ela levou ao efectivo menosprezo pela unidade democrática e à concentração das atenções no «convencimento» à acção dos elementos mais conservadores. Em vez de se procurar, depois de anos de divisão e de sectarismo, reconstituir a unidade forjada e provada nos grandes movimentos de anos anteriores (MUD, MUNAF, Candidatura Norton de Matos) como passo fundamental para o desenvolvimento da acção contra a ditadura fascista, lançou-se a nossa atenção para aqueles elementos conservadores que haviam ficado de fora daqueles movimentos. Entendeu-se uma unidade «mais larga» que a unidade democrática anterior não como a unidade democrática *mais* a participação de certos elementos conservadores, mas sim como a unidade com esses elementos *sem* a unidade democrática. Minimizou-se a força daqueles com quem não estávamos unidos e exagerou-se a influência daqueles poucos com quem conseguimos uma actuação unitária regular. Do «Directório», cuja influência política nas camadas pequeno-burguesas e intelectuais foi considerável, afirmamos, numa atitude depreciativa e previsora da sua liquidação política, que não representava verdadeiramente as classes que cuidava representar e que a luta revelaria os verdadeiros dirigentes dessas classes. Em vez de valorizarmos na justa medida os dirigentes indiscutíveis da opinião democrática burguesa, insistimos (tal como antes nos tempos do sectarismo) na apreciação depreciativa da sua influência e capacidade de mobilização e afirmávamos e repetíamos que tais dirigentes, bem como os seus agrupamentos, estavam «ficando para trás» na luta do povo português. Ao mesmo

tempo que se mantinha uma posição hostil contra os agrupamentos liberais mais influentes (Directório, União Socialista e outros), tomou-se uma posição conciliatória, condescendente e «compreensiva» para os fascistas que, de qualquer modo e por vezes até com visível hipocrisia, mostravam descontentamento ou desacordos com o governo.

Deve dizer-se que, mesmo nessa política de atracção dos elementos que se destacam do fascismo, não soubemos, desde início, ser consequentes. Se, por um lado, com a preocupação da desagregação do regime, procurámos estimular as contradições e defecções no campo inimigo, não soubemos agir com suficiente tacto e maleabilidade quando algumas defecções de certo vulto se verificaram. É exemplo disso a posição de combate mantida durante longos meses para com a candidatura do general H. Delgado, que acusávamos de ser lançada pelos próprios salazaristas. Apesar porém dessa falta de maleabilidade e tacto (e também de informação), a posição do Partido quanto aos problemas de unidade nos anos 1956-59 foi caracterizada pela *subestimação da importância da unidade democrática* e pela concentração das atenções para tranquilizar os elementos mais conservadores, os anti-salazaristas que se destacavam do regime, estimulando-os a uma acção para substituir o governo de Salazar. Isto foi assim, porque as esperanças para o derrubamento da ditadura tinham deixado de depositar-se na acção popular dirigida pelas forças democráticas para se depositarem na «desagregação irreversível» do regime, que haveria que «apressar» e «acelerar».

A constituição da Junta Nacional de Libertação, com a pretensão de ser o organismo supremo de direcção da luta anti-salazarista, é uma característica expressão desta posição política resultante das concepções da «desagregação irreversível». A JNL foi sem dúvida um passo positivo no que respeita à unidade com o mais dinâmico agrupamento socialista, com católicos progressistas e com certos sectores monárquicos. Mas, porque ficaram de fora os agrupamentos democráticos liberais mais influentes, *a JNL não podia nem devia ter sido considerada senão como um elemento do movimento unitário contra a ditadura fascista*. Não se entendeu porém assim. Ao criar-se a JNL e na sua acção posterior, pretendeu-se que a JNL fosse o *organismo supremo* de direcção do movimento anti-salazarista e afirmou-se que o era.

Mostra a experiência que, se se pretende criar um organismo unitário supremo de direcção, essa criação deve ter a concordância dos principais agrupamentos do movimento que se pretende unificar. Colocar os principais agrupamentos perante o facto consumado da criação do «organismo supremo» a que não deram a sua concordância e que de facto só tem a representação de alguns sectores que, ainda por cima, não se impõem pela sua actuação dirigente, não facilita a adesão posterior a esse organismo e o seu reconhecimento como organismo supremo. Isso precisamente se passou com a JNL.

O Comunicado do CC do Partido de 16 de Agosto de 1958 coloca a JNL como o organismo supremo de direcção do movimento nacional anti-salazarista, fazendo um apelo para que todos os agrupamentos e correntes políticas lhe dêem o seu apoio

«para verificar*²⁴², coordenar, dirigir e intensificar as acções legais e ilegais contra o regime, pela demissão de Salazar e por um governo que realize novas eleições para a Presidência da República». Um ano depois (Documento do CC de Julho de 1959) continua a insistir-se, quase nos mesmos termos, na necessidade e no propósito de «reforçar e alargar a JNL à escala nacional de forma a poder assegurar a coordenação da acção legal e ilegal no plano local e nacional». Entretanto, apesar dessa orientação e dessa insistência, não se conseguiu alargar a Junta a quaisquer novos sectores, não se conseguiu atrair a ela os sectores democráticos mais influentes e não se conseguiu naturalmente o seu reconhecimento pelas organizações democráticas como organismo supremo de direcção no movimento contra a ditadura fascista.

Tendo ficado de fora os principais agrupamentos democráticos e anti-salazaristas (especialmente liberais e socialistas) a JNL, que pretendia ser o organismo supremo do movimento contra a ditadura, não pôde ter senão um «papel menor» na direcção desse movimento. Em larga medida, a iniciativa política do movimento democrático passou precisamente para as mãos desses agrupamentos que estavam fora da JNL, do que resultou que o Partido não participou na preparação de muitas lutas e movimentos e teve em muitos casos de seguir na sua esteira.

Conseguiu-se ao menos tornar a JNL o polo de atracção dos elementos conservadores que se destacam do fascismo? Não, camaradas. *Precisamente porque se considerou a atracção de tais elementos como problema independente do desenvolvimento geral do movimento democrático e da unidade das forças democráticas, a separação existente entre o Partido e os principais agrupamentos democráticos dificultou a atracção de tais elementos.* Mais ainda: Esses agrupamentos, tomando em larga medida nas suas mãos a iniciativa da luta política, conseguiram, mais que nós próprios, estabelecer contactos, enlaces e acordos com os elementos mais conservadores.

O que se passou com a JNL quando da preparação do golpe militar que esteve para eclodir em Março de 1959 é um exemplo elucidativo do que se acaba de afirmar. Pronunciando-se acerca do Programa do Movimento Militar Independente, o Partido (como já atrás foi citado) propôs uma alteração entre outras: que a chefia do Estado e do governo não fosse assumida exclusivamente pela Junta Militar, mas por esta e pela JNL, escolhendo as duas o Governo Provisório. Nesta sua proposta, o Partido atribuía à JNL uma influência política e um carácter representativo das forças democráticas que ela realmente não tinha e deixava completamente de lado os mais importantes agrupamentos liberais... que entretanto estavam bem mais próximos do MMI e que, no caso dum triunfo do golpe militar, teriam sem dúvida uma maior influência no governo. A tal cegueira nos conduziram a ideia da «desagregação irreversível» e os seus reflexos negativos na política de unidade do Partido.

A ideia da queda do fascismo em virtude da sua desagregação e não pelo assalto ao poder pelas forças democráticas implicava a ideia de que não estava nas mãos das forças democráticas constituir o governo que substituiria o de Salazar e determinar a sua política, pois isso só o poderiam fazer aqueles que, por virtude da desagregação

²⁴² Álvaro Cunhal cita do *Avante!*, n.º 262, 2.ª quinzena de Agosto de 1958. – 575. *Na transcrição do *Avante!*: alargar. (N. Ed.)

do regime, se separassem deste e levassem a cabo a sua substituição. Em virtude de tal concepção, *o Partido deixou de definir e de colocar como seu objectivo levar ao poder, juntamente com as outras forças democráticas, um Governo Provisório de unidade nacional, deixou de definir as tarefas de um tal governo, deixou de colocar a questão da participação comunista num tal governo e o aspecto fundamental da sua posição quanto ao governo que deveria suceder ao de Salazar foi o de DECLARAR que APOIARIA qualquer governo que, sucedendo ao de Salazar, instaurasse as liberdades democráticas fundamentais.*

Essas declarações à *acção dos outros* são justas. Mas só o são na medida em que são acompanhadas por uma *acção própria* visando derrubar o governo fascista e colocar no seu lugar um governo com uma política bem definida. Doutra forma, a declaração de apoio a acções dos outros torna-se *uma posição seguidista* que tira a iniciativa ao Partido e às outras forças democráticas e as coloca, no problema fundamental do poder, numa atitude de expectativa ou na cauda de eventuais iniciativas de elementos mais conservadores.

O abandono da ideia de que as forças democráticas se devem preparar para *o assalto ao poder*, para a *conquista do poder*, e a sua substituição pela ideia de que a missão fundamental das forças democráticas na situação presente é «acelerar» a «desagregação contínua» ou «irreversível» do regime, levou à diluição da reivindicação dum Governo Provisório que instaure *imediatamente* as liberdades democráticas e à aceitação condescendente de que o governo fascista pode ser substituído por um «*governo de transição*» ou mesmo por uma «ditadura militar» que prepare as condições para que possam ser concedidas ao povo português as liberdades fundamentais.

Em 1958, nos objectivos inicialmente anunciados pelo general Humberto Delgado, posteriormente nos objectivos de agrupamentos militares anti-salazaristas, e ainda hoje na ideia de alguns, apareceu o propósito de instaurar uma ditadura militar mais ou menos prolongada, ditadura cuja missão seria «não deixar cair o poder na rua» e criar «condições para conceder a liberdade política»... como se o povo português não tivesse discernimento bastante para utilizá-la. Que tenham aparecido agrupamentos com tais objectivos é compreensível. O que é menos compreensível e mostra até que ponto foi a abdicação da direcção política das forças democráticas e do Partido foi a fácil aceitação de tais ideias no campo democrático, a sua generalização como «solução possível» do problema político português. Nas propostas feitas indirectamente pelo Partido aos conspiradores militares que se propunham *conceder liberdades democráticas 18 meses depois de tomarem conta do governo*, o Partido não reclamava sequer a concessão imediata das liberdades democráticas, limitando-se apenas a sugerir que *o prazo de 18 meses fosse reduzido para um ano.*

O desenvolvimento do movimento nacional contra a ditadura fascista e pela instauração da liberdade política em Portugal exige que os problemas da unidade se considerem de forma diversa. A unidade das forças democráticas, assente na aliança do proletariado com o campesinato, é o factor fundamental do estabelecimento duma vasta frente nacional anti-salazarista e da unificação, ampliação e intensificação do movimento popular com vistas ao derrubamento da ditadura fascista. O Partido não deve poupar esforços para o estabelecimento da unidade democrática, tão ampla

quanto possível, na base de objectivos políticos comuns fundamentais e da actuação contra a ditadura fascista. Depois dos progressos cada vez mais acentuados acusados no decurso de 1960, *a unidade de pensamento e de acção das forças democráticas é já em muitos aspectos uma realidade*. Saibamos nós trabalhar, demos nós provas de espírito unitário, de iniciativa, de firmeza ideológica, de capacidade organizadora e mobilizadora, e a unidade democrática readquirirá a solidez, a energia combativa, a força actuante, já demonstrados em épocas diversas em grandes jornadas de luta contra a ditadura fascista e tornar-se-á o factor fundamental da luta de todas as forças e elementos anti-salazaristas e do levantamento da nação contra o reinado salazarista de tirania, de fome, de terror, de mentira, de ódio, de vergonha internacional.

Para que o Partido possa desempenhar no movimento democrático um papel determinante é forçoso que rectifique e vença na sua actuação prática as concepções, os preconceitos, as reservas sectárias ou oportunistas, resultantes das concepções da «desagregação irreversível» do regime.

Não é da desagregação do inimigo que se pode esperar a sua derrocada. É a acção popular, dirigida pelas forças democráticas, que poderá e deverá conduzir ao derrubamento do governo fascista e à subida ao poder dum Governo Provisório que instaure em Portugal a liberdade política — reivindicação central e fundamental de todas as forças progressivas portuguesas no momento presente.

(continua)